

Jogando a Rede, Revendo as Malhas: Fugas e Fugitivos no Brasil Escravista

Flávio dos Santos Gomes^{**}

Sempre Machado...

Machado de Assis é sempre genial. Num de seus célebres contos apresenta um drama próprio da escravidão. Narra a estória de um branco pobre, capturador de escravos fujões. Trata-se de Candinho. Ou melhor, sem maiores intimidades, Cândido das Neves. Homem branco, sem ocupação definida, acaba tornando-se perseguidor de fugidos. Seu drama começa quando, em estado de completa penúria, vê-se obrigado a quase entregar seu filho recém-nascido à "Roda dos Expostos". Para conseguir dinheiro tenta a todo custo prender um escravo fugido. Qualquer um. Sua vítima será a crioula Arminda, que encontrava-se grávida. Surge, então, o dilema que acaba dando título a este conto: um pai aflito, um branco pobre, tenta melhorar as condições de vida de sua família e, para isso, investe contra uma (ou futura) mãe negra não menos desesperada - uma escrava fugida. Tal drama passa-se na Corte, por volta de 1850. Entre ironias e metáforas, Machado descreve estas paisagens sociais de forma magnífica. Fala da vida, das alegrias e das dores de homens brancos pobres e de escravos que procuraram conquistar a liberdade através da fuga¹.

Machado inicia este conto, destacando que a escravidão enquanto instituição social havia acabado. Havia não só terminado, como também levado consigo "ofícios e aparelhos" tão comuns ao seu tempo. Falava com conhecimento de causa.

^{**} Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Pará (UFPA) e pesquisador-visitante do Programa *Raça e Etnicidade* do IFCS-UFRJ/Fundação Rockefeller. Agradeço as leituras e comentários de José Roberto Reis, Olivia Cunha e Robson Martins.

¹Ver Machado de Assis, *Relíquias de Casa Velha*. Rio de Janeiro, Garnier, 1926, pp. 3-17. Esta obra foi primeiramente publicada pela mesma Garnier em 1906. Em 1983, o teatrológo Aderbal Junior fez uma adaptação para teatro deste conto de Machado, como parte do projeto "Cenas Cariocas" da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Ver Machado de Assis, *Pai Contra Mãe* (adaptação para teatro de Aderbal Júnior). Rio de Janeiro, RIOARTE, 1983.

Contemporâneo da escravidão urbana na Corte no último quartel do século XIX, conviveu com vários cenários sociais. No início do século XX, quando provavelmente escreveu tal conto, só fazia lembrar destas paisagens quase que naturais. Ressalta que entre milhares de negros, africanos e crioulos que circulavam à Corte como ambulantes e carregadores, era comum ver um incalculável número de cativos portando ferros no pescoço e nos pés, além de máscaras e "anjinhos"². Utiliza aqui uma idéia de "função social" como reflexo do sistema social vigente. Ou seja, se existia a escravidão, havia igualmente senhores, cativos, ferros, castigos, negros fugidos e seus capturadores.

Esta primeira idéia machadiana leva-nos a várias reflexões. A fuga era algo previsível nos mundos da escravidão. Ao mesmo tempo que a escravidão tinha acabado e levado "consigo ofícios e aparelhos", na sua existência enquanto instituição sócio-jurídica até 1888 aconteceram processos históricos totalmente previsíveis. A fuga dos escravos foi um deles. Para Machado, o fim da escravidão fez desaparecer das ruas do Rio uma "paisagem natural": cativos, fujões recalcitrantes, carregando ferros, gargalheiras e máscaras.

Esta paisagem era igualmente "natural" para os senhores de escravos. As fugas foram uma constante na Corte desde o início do século XIX. Enfim, para Machado, as "cenas grotescas" - cativos usando máscaras nas ruas da cidade - eram também "cenas naturais". Ver isto nas ruas era também ver cativos fujões e suas estratégias para se manterem livres. Lança-se aí uma outra questão interessante a respeito deste universo social da escravidão. De forma sutil, Machado fala não apenas da previsibilidade das fugas dos escravos (enumera algumas motivações dos fugitivos e dos cativos recalcitrantes), mas igualmente do simbolismo na utilização dos instrumentos de punição. Comenta, ainda, a respeito da idéia da "crueldade" dos senhores para com os fujões. Mais do que punir, eles "marcavam" os escravos fugidos com ferros e máscaras. Analisando-se uma frase de Perdígão Malheiro, senhor de escravos e legislador da época, é possível chegar a conclusões semelhantes. Teria dito ele que "a fuga é inerente à escravidão". Quanto a esta questão, Sílvia Lara tece o seguinte cometário:

"As fugas faziam parte da escravidão (eram inerentes a ela) não só porque os escravos resistiam à dominação, mas também porque eram previstas e reconhecidas pelos senhores e pela legislação metropolitana como algo permanente, um 'dato de realidade' que não era possível ignorar, algo inscrito na própria visão que tinham do escravo e da escravidão"³.

Machado está certo. De forma irônica, porém, profunda, fala também das possíveis motivações das fugas. Elas eram freqüentes sim, mas os motivos dos fugitivos eram variados. Afinal, lembrava, "nem todos [os cativos] gostavam da escravidão".

² Alípio Goulart fez uma abordagem indicativa sobre os instrumentos de castigos de escravos no Brasil (palmatoadas, tronco, marca de ferro, máscaras de flandres, açoites, etc.). Quanto ao uso das máscaras afirma: "o castigo da máscara tinha, em regra, duração prolongada, sendo necessária permissão do senhor para a retirada do aparelho a fim de poder o paciente alimentar-se. Além do sofrimento físico, que aquêlo instrumento não podia deixar de acarretar, passava ainda seu portador pela humilhação do andar por toda parte de rosto tapado, alvo de chacotas de companheiros. Escravos houve que fugiam portando o singular aparelho" (cf. José Alípio Goulart, *Da Palmatória ao Patíbulo (Castigos de Escravos no Brasil)*. Rio de Janeiro, Ed. Conquista, 1972, pp. 71.)

³Sílvia Hunold Lara, *Campos da Violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, pp. 295.

Alguns fugiam, por exemplo, por não concordarem com os castigos. Não era necessariamente uma questão sempre de castigos exagerados aplicados por senhores e feitores cruéis. Podia tratar-se de um castigo considerado "injusto" e/ou "arbitrário" pelo escravo. Nesse sentido, junto à idéia da previsibilidade da fuga dos escravos, podemos perceber tanto as motivações e estratégias dos cativos como as percepções senhoriais.

As fugas eram freqüentes e podiam ser temporárias. Alguns cativos passavam determinado tempo evadidos e depois retornavam a casa de seus senhores. Se alguns escravos podiam fugir temporariamente porque receavam, por exemplo, serem castigados, outros podiam planejar fugas definitivas para bem longe do domínio senhorial. Outros ainda talvez fugissem para reencontrar parentes e/ou ir atrás de antigos senhores (Machado chama atenção para a prática do "apadrinhamento"). Quiçá, alguns cativos podem ter se evadido apenas durante um final de semana, procurando "respirar" um pouco de "liberdade". A escrava do conto de Machado - Arminda, uma mulata - estava grávida quando evadiu-se. Quem sabe não era sua intenção permanecer escondida durante a gestação de seu filho. Esta idéia de previsibilidade das fugas nos mundos da escravidão permite-nos pensar também de que modo estas fugas podem ser analisadas no contexto das relações entre senhores e escravos.

Machado destaca igualmente os anúncios de escravos fugidos. Os inúmeros periódicos que circularam na Corte ao longo do século XIX publicavam anúncios de escravos fugidos por toda parte. Alguns jornais de grande tiragem e circulação - não só na Corte, como também no interior da província do Rio de Janeiro - chegavam a publicar c15 a 20 anúncios por dia⁴. Tais anúncios, o próprio Machado ressalta, podiam ser extremamente detalhados. Além do habitual oferecimento de gratificações para o capturador dos fujões e a ameaça de punição para qualquer "acoutador", nestes anúncios eram descritos os sinais físicos dos fugidos (defeitos, sinais de castigos, marcas, etc.), seu nome, ocupação, o tipo de roupa, etc. Diversos anúncios descreviam, inclusive, as possíveis estratégias dos fugitivos para se manterem escondidos ou mesmo os locais onde provavelmente poderiam ser encontrados.

Eis aqui o momento em que o personagem Candinho começa a entrar em ação. Tais anúncios de fugidos publicados nos periódicos atraíam muita gente. Para capturar tantos fugidos, principalmente na Corte, nem muitos pedestres, capitães-do-mato, rondas e patrulhas dariam conta. Além disso, o serviço do capitão-do-mato comumente utilizado para perseguir escravos nos subúrbios da Corte e/ou nas freguesias mais interioranas das províncias, podia ser muito caro (dependendo dos dias e da distância percorrida para capturar determinado escravo). Ou seja, aqueles anúncios publicados sobre cativos fujões, descritos com muita minúcia, podiam, por certo, ter um público interessado mais amplo, do que somente os costumeiros e legalmente estabelecidos perseguidores. Um exemplo de descrição detalhada (um verdadeiro retrato falado) pode ser visto no seguinte anúncio:

"FUGIO, no dia 20 de abril do corrente anno, uma preta de nome Justina, de nação Angola, falla bem e muito desembaraçada, como crioula; alta, magra, orelhas pequenas e em pé,

⁴ No *Jornal do Comércio*, por exemplo, no ano de 1850 a média de anúncios diários sobre escravos fugidos chegava a oito, o que totalizava cerca de 2.560 anúncios publicados por ano num só jornal.

queixo e beiços finos, dentes miudos e claros, uma cicatriz no pescoço, braços compridos, mãos bem feitas, a perna direita inchada e o pé grosso, com uma cicatriz de ferida no mesmo pé, junto aos dedos. Ella é bastante conhecida, por quitandar com quinquilharias em uma caixa grande de vidros, pintada de verde: veio da Bahia há um anno"⁵.

Muitos homens livres, pobres brancos, mulatos e mesmo libertos dedicavam-se a captura de fugitivos na Corte. O próprio Machado destaca que "pegar escravos fugidos era um ofício do tempo". Ressalta ainda que o estado de pobreza de grande parte da população livre na Corte ao longo do século XIX fazia com que muitas pessoas (basicamente homens) se dedicassem a apreender fugitivos. Com tantos fujões na Corte não seria difícil arrumar alguns trocados de "gratificações". Cândido Neves era um típico personagem desta paisagem de pobreza na Corte. Branco, pobre, não conseguia ter uma ocupação fixa. Trabalhava aqui ou acolá, numa ou noutra atividade, procurando melhorar suas economias, mais "carecia de estabilidade", pois "não aguentava emprego nem ofício". De fato, tivera muitas ocupações, embora por pouco tempo. Foi aprendiz de tipógrafo, trabalhou no comércio como "caixeiro para um armazém", empregou-se ainda de carteiro, fiel de cartório e até contínuo de uma repartição pública. Nos últimos tempos, já totalmente desiludido quanto a possibilidade de conseguir um "bom emprego", Candinho tinha adotado o ofício de um primo: era "entalhador". Porém, estava às voltas com dificuldades financeiras. O "ofício" de pegar escravos fugidos podia ser uma saída provisória. Melhor seria dizer "um quebra-galho". Copiava diversos anúncios de jornais, recortava outros, fazia algumas perguntas e pronto: acabava prendendo algum fujão e recebia a respectiva gratificação oferecida. Menos mal para ele e sua família.

Os tempos andavam bicudos. Candinho havia casado há pouco tempo. Com 30 anos, este não tão jovem mancebo casou-se com Clara, de 22 anos. Como o dinheiro era pouco, foram morar na casa da tia dela. Clara era costureira. Trabalhava dia e noite, tentando aumentar a renda familiar. Candinho, como de costume, pulava de galho em galho - o pior, nem sempre os quebrando -, procurando arrumar alguns trocados. Aliás, a família e os amigos de Clara (que era órfã) mostraram-se, a princípio, reticentes quanto àquela união. Afinal de contas, Candinho não tinha sequer emprego fixo. Como poderia sustentar uma família? Todavia, a paixão bateu mais forte. Logo surgiu o inesperado (ou mesmo o tão esperado): Clara estava grávida. Candinho, entre a satisfação e o orgulho, apavorou-se um pouco. Tia Mônica desesperou-se. Já Clara era só alegria. Com o nascimento do filho, as despesas aumentaram. O aluguel atrasado três meses. Um despejo prestes a acontecer. O proprietário não admitia esperar mais do que cinco dias. As previsões "pessimistas" dos familiares e amigos pareciam já realidade. A contragosto de Candinho e Clara, tia Mônica apontou uma solução deveras dramática: entregar o recém-nascido à "Roda dos Expostos"⁶.

Através desta narrativa Machado descreve uma face do cotidiano da pobreza em que parte da população livre vivia na Corte. Homens brancos (inclusive imigrantes portugueses), livres de cor, libertos e mesmo escravos (principalmente os cativos de

⁵*Jornal do Commercio*, 16/06/1850.

⁶Sobre a "Roda dos Expostos" e crianças órfãs na Corte, ver Renato Pinto Venâncio e Lana Lage da Gama Lima, "Os órfãos da lei: o abandono de crianças negras no Rio de Janeiro após 1871". *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, (15): 24-33, jun. 1988.

aluguel e "ao ganho") podiam disputar no tapa as migalhas do mercado de trabalho disponível. Candinho ficou apavorado com aquela situação. Estava entre a cruz e a espada (ou quem sabe, entre a cruz e a "Roda"). Entregar seu filho para a "Roda dos Expostos" era inconcebível. Mas o que fazer? A situação era tão ruim que até os anúncios de escravos fugidos tinham escasseado. Mesmo neste setor a concorrência ficara grande. Entretanto, uma última tentativa valia a pena. Aquela altura, capturar um fugitivo seria a "salvação da pátria". Qualquer "cem mil-réis" de gratificação resolveria, por hora, aqueles problemas financeiros. Talvez muitos "Candinhos" tenham vivido situação semelhante às voltas com a pobreza e a "Roda dos Expostos".

A narrativa de Machado a respeito da tentativa de Candinho de capturar um fugitivo e sair deste dilema leva-nos em direção a outras reflexões interessantes. Além do universo da pobreza dos homens livres pobres podemos, igualmente, mergulhar nos mundos dos fugitivos. Inicialmente, Machado descreve de que modo Candinho dedicava-se à captura dos fujões. Diferentemente de outras ocupações, nas quais tinha que ficar "longas horas sentado" (talvez, devido a tal fato, adaptava-se tão pouco a determinadas ocupações), para pegar fugidos era necessário somente "força", temperada com esperteza, paciência, uma certa dose de coragem e, é claro, "um pedaço de corda". A metodologia de Candinho é por demais reveladora. Lia, selecionava e copiava alguns anúncios. Fazia então as "pesquisas" iniciais. Era necessário também ter boa "memória" para "fixar" os sinais e os costumes de um escravo fugido. O resto podia ser sorte. Entre uma conversa e outra, logo descobria-se que ali ou acolá passava um escravo "suspeito" de fugido. Era só conferir.

Nas ruas principais do centro da Corte, com tantos escravos e libertos trabalhando, muitos dos quais "ao ganho", podia ser nada fácil encontrar um "preto fugido". No burburinho, naquela multidão de negros, no vai-e-vem das ruas e esquinas como identificar um fugido? Mesmo as várias pistas e sinais descritos nos anúncios podiam ser insuficientes. Talvez nem tanto. Indagando a outros escravos e comerciantes, e principalmente esquadrinhando os possíveis caminhos e seguindo as prováveis direções tomadas pelos fugitivos, muitas vezes conseguia-se bom êxito. Afinal, caso não houvesse sucesso nenhum, por que tantos senhores insistiriam em anunciar as fugas pelo jornais, oferecendo gratificações?

Para capturar a mulata Arminda, Candinho usou todos os recursos desta metodologia. Seguiu as indicações do anúncio. Tal escrava, ao que se sabe, estava grávida (talvez por indicação do próprio senhor). Sabia-se igualmente que ela vagava pelas ruas da cidade, mais propriamente entre o largo da Carioca, a rua da Ajuda e a rua do Parto (que ironia!). Com os sinais indicados, Candinho seguiu as pistas e foi parar numa farmácia, onde o farmacêutico informou ter vendido uma "onça de qualquer droga" para uma mulata semelhante à descrição de Arminda. Após dois dias de procura frustrada, Candinho finalmente conseguiu capturá-la.

A captura de Arminda não se deu sem renhida luta, resistência e confronto mesmo. Quase desistindo de encontrá-la, Candinho, ao atravessar a rua de São José, avistou "um vulto de mulher". Ele seguiu-a até a tal farmácia investigada e depois tentou agarrá-la. Podemos destacar também um outro fato interessante nessa captura. Para se certificar que aquela mulher era, de fato, a escrava fugida que procurava Candinho gritou

bem alto na rua: “Armindaaaa!!!” Ao descuidar-se e atender tal chamado, a escrava acabou denunciando-se. Tentou fugir, mas era tarde. Aliás, era comum, segundo descrições de diversos anúncios, escravos fugidos trocarem de nomes como estratégia para dificultarem a prisão e a ação dos capturadores. Entre outras estratégias, os cativos fujões procuravam também mudar de roupa para despistar na perseguição. Quanto a Arminda, coitada, talvez sua própria gravidez a tenha denunciado.

As estratégias usadas pelos fugitivos podia ser das mais diversas. O fugitivo escravo Felisberto crioulo, por exemplo, apelidado de "Macaé", talvez quisesse intimidar algum possível capturador. Segundo o anúncio de sua fuga, ele "quando anda ginga muito, para parecer capoeira". Do fugido de origem africana, chamado João, da nação Cassange, avisava-se: "falla muito desembaraçado e passa por crioulo". Já do preto Higino, que fugiu do Engenho Novo, dizia-se: "se intitula chamar-se Sebastião e ser forro". Com relação a um moleque Moçambique, de nome João, que evadiu-se da vila de Iguacu para a Corte sabia-se apenas que era "acostumado a fugir"⁷. Fugir e colocar "sapatos", igualmente, funcionava bem. Despistaria Candinho e outros em meio a tanto negros e escravos. Afinal, andar de sapatos era a distinção - além da cor branca, é claro - entre cativos e livres na cidade. Mais sorte do que Arminda teria tido Maria Quissaman nas suas fugidas, pois "costuma a dizer quando tem sido encontrada, que já não anda fugida"⁸.

A evasão de Arminda, uma escrava grávida, também revela-nos um pouco das estratégias e lógicas próprias dos cativos que optavam por fugir. Ao contrário do que a historiografia tem até aqui apontado, os cativos não fugiam tão somente para dar prejuízos econômicos aos seus senhores. Análises sobre padrões de fugas e do perfil sócio-demográfico dos fugitivos mostram de que modo os fugitivos podiam organizar suas vidas, comunidades e culturas dentro da própria escravidão⁹.

A leitura de algumas análises historiográficas sobre a resistência escrava permite-nos indagar se os cativos fugiam tão somente porque queriam escapar do trabalho rigoroso e/ou dos castigos. É claro, que esses fatores são importantes. Mas não podemos generalizar nem simplificar a respeito das lógicas dos fugitivos. Se pudéssemos criar uma imagem caricaturada que representasse algumas dessas perspectivas historiográficas haveria uma representando escravos fugidos nas matas, calculando (quem sabe com uma calculadora) o quanto de "mais-valia" o seu senhor perdia com a sua fuga. Pesquisas mais recentes sobre fugas, principalmente em outras áreas escravistas, como Caribe e sul dos Estados Unidos, têm trazido novas evidências a respeito de como os cativos procuravam fugir, por exemplo, para reorganizar suas famílias¹⁰.

⁷ Anúncios publicados no *Jornal do Comércio*, nas edições de 28 de fevereiro, 15 de março, 19 de abril e 8 de maio de 1850.

⁸ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 11/10/1815.

⁹ Thomas Flory, em artigo publicado em 1979, já sugere algumas pistas nesta direção. Ver Thomas Flory, "Fugitive Slaves and Free Society: The Case of Brasil". *Journal of Negro History*, volume LXIV, número 2, 1979, pp. 116-130. Uma caracterização sobre as possibilidades de análises a respeito da fuga dos escravos através dos anúncios encontra-se em Flávio dos Santos Gomes, *Padrões de Fugas e perfil sócio-demográfico dos fugitivos no Rio de Janeiro, 1810-1830*, Rio de Janeiro, CEEA/FORD, 1993 (relatório de pesquisa).

¹⁰ Para algumas análises indicativas, ver Gerald Mullin, *Flight and Rebellion. Slave Resistance in Eighteenth - Century*, Nova York, Oxford University Press, 1972.

A estória de Arminda (e provavelmente de tantos outros escravos fugidos na Corte) não teve um final feliz. Candinho captura Arminda. Arrasta-a de volta até a casa de seu senhor. Consegue receber a gratificação. Impede que seu filho seja levado à "Roda dos Expostos". Quanto à Arminda, com tanta luta e desgosto acaba abortando. De uma vez só desfazia-se o sonho de dar a luz e viver algum tempo em liberdade com seu filho. Era pai contra mãe.

Este conto de Machado garantiu-nos um rápido mergulho nos mundos dos escravos fugidos na Corte, em meados do século XIX. Mais do que isto, conseguimos perceber uma visão machadiana (dessa face) da história do Brasil. Como em outros contos, principalmente romances, Machado procura ser "realista". O mundo da pobreza na Corte, naquela ocasião, podia aproximar escravos e homens pobres livres. Pais livres e mães escravas, defendendo seus filhos e a possibilidade de viver um pouco melhor, podiam acabar brigando entre si. Machado dá pistas aqui para analisarmos a natureza e o desenvolvimento da sociedade escravista, sociedade em que viveu a maior parte de sua vida. Como destacou Gledson, Machado acabou por criar "obras cujas tramas são determinadas por verdades históricas, das quais ele estava plenamente consciente"¹¹. Minhas incursões (não tão profundas) em Machado não permitem ir mais adiante. Para além das abordagens literárias nas análises históricas, pretendemos continuar tentando entender de fugas e fugitivos. Seguimos agora, entretanto, com nossas expedições aos arquivos¹².

Procurando os fugidos

Mesmo que tentemos classificar, a fuga era uma ação única e vivenciada diferentemente por cada escravo, levando em consideração desde o meio em que vivia, área urbana ou rural, sua naturalidade e sexo, até sua socialização no universo da escravidão, incluindo aí a relação senhor-escravo. Com base nas fontes e métodos disponíveis, é possível perscrutar e ampliar cada vez mais as visões sobre os processos que envolveram as fugas dos escravos. Entre, por exemplo, os anúncios de fugas publicados nos jornais e os registros de apreensões de fugidos existe um rico universo social, que muitas vezes fica completamente encoberto para o historiador.

¹¹ Cf. John Gledson, *Machado de Assis: Ficção e História*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, especialmente a Introdução e o Capítulo II, pp. 13-25 e 58-113, respectivamente.

¹²Boas indicações sobre análises históricas através dos textos de Machado de Assis encontram-se em Sidney Chalhoub, "A História nas histórias de Machado de Assis: uma interpretação de Helena", in: *Primeira Versão*, IFCH/UNICAMP, número 33, 1991, e "Diálogos políticos: Machado de Assis e a arte da resistência", texto inédito apresentado em Simpósio sobre Machado de Assis, The University of Texas at Austin, outubro de 1995. Podemos citar aqui também os romances de Bernardo Guimarães na década de 70 do século XIX, *A escrava Isaura* e *História de Quilombolas*, bem como *Vítimas-Algozes*, de Joaquim Manuel de Macedo. Para uma análise e visão panorâmica a respeito da literatura sobre o negro no Brasil, principalmente a partir do século XIX, ver David Brookshaw, *Raça & Cor na Literatura Brasileira*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1993, especialmente o capítulo I: "Literatura Abolicionista: a criação do esteriótipo", pp. 24-47; e Raymond S. Sayers, *O negro na Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro, Ed. O Cruzeiro, 1958. Para uma análise das imagens literárias sobre a resistência escrava em Cuba e nos Estados Unidos, a partir de dois romances sobre a escravidão, ver Jacqueline Kaye, "Literary images of slavery and resistance: The case of *Uncle Tom's Cabin* and *Cecília Valdés*". In: *Slavery & Abolition*, volume 5, número 2, setembro 1984, pp. 105-117.

De uma maneira geral, a historiografia sobre a escravidão pouco destaque tem dado às fugas, apresentadas mais como atos repetitivos, quase banalizados, da resistência escrava e, portanto, sem sentido político¹³. Também o escravo fugido foi visto somente como alguém que, "inadaptado" ao regime da escravidão, extenuado pela carga de trabalho e pelas condições de vida a ele impostas (alimentação, vestuário, habitação, castigos físicos etc), procurava evadir-se do domínio senhorial¹⁴. Mesmo alguns estudos mais contemporâneos deram destaque, sobretudo, aos aspectos meramente econômicos dos processos de fugas¹⁵. Neste caso, os significados políticos das fugas enquanto resistência escrava se davam tão somente pela perda por parte do senhor de seu produtor direto (o escravo) e do lucro por ele gerado. Constituía-se assim uma visão ora simplista ora generalizadora de que, na maioria das vezes, os cativos fugiam com o único objetivo de causar prejuízo econômico aos seus senhores ou porque eram muito castigados.

Em estudo em andamento, baseado também numa análise agregativa, temos procurado fazer uma revisão crítica de alguns destes argumentos. Sugerimos que as ações de fugas estavam inseridas na experiência cotidiana dos escravos. Argumentamos que os processos de fugas constituem um aspecto revelador dos mecanismos de resistência escrava, destacando-se a constituição de uma comunidade e cultura negras, tanto nas cidades como nas áreas rurais¹⁶. Recuperando a lógica dos escravos e reconstituindo os universos sociais da escravidão (relações de trabalho, violência, controle social, práticas de incentivos etc), procuramos entender, e responder, as seguintes questões: as razões da fuga (por que, como e quando os escravos fogem?); as estratégias de sobrevivência dos fugitivos (quais as principais estratégias para se manterem escondidos? quais eram as possíveis direções tomadas pelos escravos que fugiam?); as solidariedades e tensões nos universos da fuga (os escravos, quando fugiam, procuravam necessariamente as cidades? procuravam empregar-se como trabalhadores livres?); e o processo de fuga na manutenção e organização social dos escravos (os escravos fugidos procuravam restabelecer laços familiares? como eram as relações entre os fugitivos, os escravos e a população livre de cor?).

Os anúncios de jornais sobre fugitivos revelaram-se fontes especialmente ricas para pesquisar os universos sociais dos escravos fugidos. No Brasil, com exceção da obra pioneira de Gilberto Freire¹⁷, a historiografia ainda tem dedicado-se muito pouco

¹³Ver, entre outros, José Alípio Goulart, *Da Fuga ao Suicídio. Aspectos de Rebelião dos Escravos no Brasil*. Rio de Janeiro, Conquista/INL, 1972.

¹⁴Cf. Kátia de Queiroz Mattoso, *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1982, pp. 153.

¹⁵Ver Carlos Magno Guimarães, *Uma Negação da Ordem Escravista: Quilombos em Minas Gerais no Século XVIII*. São Paulo, Ícone, 1988, pp. 25-36, e Mário José Maestri Filho, *A Servidão Negra*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988, pp. 114-118.

¹⁶Desde 1993 estou realizando um estudo (inicialmente financiado pela Fundação Ford/Centro de Estudos Afro-Asiáticos-CEAA e agora com apoio da UFPa e do CNPq) sobre padrões de fugas e fugitivos nas províncias do Rio de Janeiro, Maranhão, Espírito Santo e Pará no século XIX.

¹⁷O trabalho pioneiro (1961) de Gilberto Freyre sobre o escravo brasileiro nos anúncios de jornais do século XIX continua sendo obra de referência obrigatória. Utilizando a sociologia e a antropologia (interpretação da antropologia biológica), o autor analisa milhares de anúncios de escravos nos jornais *Diário de Pernambuco* (de Recife) e *Jornal do Commercio* (do Rio de Janeiro) entre os anos de 1825 e 1888. Infelizmente, Freire não fez uma análise sistemática e quantitativa deste material. Ver Gilberto Freyre, *O escravo nos anúncios de jornais*

às análises mais sistemáticas com a utilização desse tipo de fonte. Eduardo Silva apresentou algumas indicações sobre tal perspectiva, apontando os raros trabalhos existentes na historiografia brasileira baseados em anúncios de fugas de escravos em jornais¹⁸.

Vejam aqui algumas perspectivas de análise histórica com base nos anúncios de escravos fugidos. Investigamos a *Gazeta do Rio de Janeiro* e o *Diário do Rio de Janeiro*. Na *Gazeta*, realizamos uma pesquisa com todos os anúncios de escravos fugidos para o período de 1809 a 1821, localizando 309 anúncios e um total de 337 fugidos. Já no *Diário*, analisamos 1.199 fugitivos anunciados durante todo o ano de 1826¹⁹. Inicialmente destacam-se as incidências de fugitivos africanos e aqueles de sexo masculino. Na *Gazeta* totalizamos cerca de 80% de homens e 75% de africanos. Talvez esse dado possa ser explicado não somente pelo fato de mulheres e crioulos fugirem menos, mas também devido ao impacto do tráfico africano com altas taxas de masculinidade e africanidade na população escrava na Corte neste período²⁰. Encontramos índices semelhantes para 1826 no *Diário do Rio de Janeiro*. A Tabela 1 reúne os dados encontrados nos dois jornais.

brasileiros do século XIX. 2ª ed. aum. São Paulo/Recife, Ed. Nacional/ Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979.

¹⁸Ver Eduardo Silva, "Fugas, revoltas e quilombos: os limites da negociação". In: João José Reis e Eduardo Silva, *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989, pp. 62-78. Discursões historiográficas sobre fugas e fugitivos também estão presentes em Carlos Magno Guimarães, *A Negação da Ordem Escravista.....*, pp. 25-36 e Ademir Gebara, *O Mercado de Trabalho Livre no Brasil (1871-1888)*. São Paulo, Brasiliense, 1986, especialmente, pp. 121-127. Quanto aos estudos que utilizaram anúncios de jornais em análises mais sistemáticas sobre fugas de escravos, ver Vilma Paraíso Almada, *Escravidão e Transição: O Espírito Santo, 1850-1888*. Rio de Janeiro, Graal, 1984, pp. 160 e seguintes; Luiz Mott, "Os escravos nos anúncios de jornal em Sergipe". *Anais do V Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Águas de São Pedro, ABEP, 1986, vol. 1.; Lília M. Schwarcz, *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo, Cia. das Letras, 1987, pp. 137-150, 189-193 e 207-13 e Maria Beatriz N. da Silva, *A primeira Gazeta da Bahia: Idade d'Ouro do Brasil*. São Paulo, Cultrix, 1978, pp. 100-112.

¹⁹Estou começando a comparar os padrões de fugas e fugitivos para o Rio de Janeiro nos anos de 1835, 1849 e 1873. Para a província do Pará, realizei uma pesquisa no periódico *Treze de Maio* entre 1847 e 1856, destacando a incidência e os padrões de fugas no período pós-Cabanagem. Análises preliminares revelaram o aumento das fugas, concentração de fugidos crioulos, homens, adultos, assim como cativos com ocupações especializadas.

²⁰Ver Manolo Garcia Florentino, *Em Costas Negras: uma História de Tráfico Atlântico de Escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995 e Mary C. Karasch, *Slave Life in Rio de Janeiro, 1808-1850*. Princeton University Press, 1987, capítulo 1.

TABELA 1

Percentual de sexo e naturalidade dos escravos fugidos em anúncios de jornais, anos 1809-1826.		
	1809-1821	1826
Homens	80,4%	74,3%
Mulheres	19,6%	25,7%
Africanos	76,4%	85,7%
Crioulos	23,6%	14,3%

Fontes: *Gazeta do Rio de Janeiro* e *Diário do Rio de Janeiro*

Entre as mulheres, percentualmente, considerando sexo e naturalidade, as africanas fugiam com frequência um pouco maior do que as crioulas. No período de 1809 a 1821, elas representam cerca de 21% das fugas dos africanos contra 14% daquelas dos crioulos com relação aos seus pares. Considerando os africanos por etnia/grupo étnico, destacam-se os moçambiques, os benguelas, os cabindas, os angolas, os congos, os cassanges, os monjolos e os libolos, perfazendo cerca de 85% do total de 1.258 africanos fugidos anunciados nos dois referidos periódicos.

Dados sobre a faixa etária dos fugidos também sugerem análises importantes sobre o seu perfil. Foi possível verificar a idade em 38,8% (131) dos anúncios da *Gazeta do Rio de Janeiro* (ver Tabela 2).

TABELA 2

Faixa etária dos fugidos nos anúncios, 1809-1821			
IDADE	AFRICANOS	CRIOULOS	TOTAL
menos de 10 anos	4 (4,4)	3 (7,3)	7 (5,3)
10 a 15 anos	40 (44,4)	4 (9,67)	44 (33,5)
16 a 20 anos	26 (28,8)	11 (26,9)	37 (28,3)
21 a 30 anos	17 (18,8)	17 (41,4)	34 (25,9)
31 a 40 anos	1 (1,2)	3 (7,3)	4 (3,1)
40 a 50 anos	2 (2,4)	3 (7,3)	5 (3,8)
Total	90	41	131

Fonte: *Gazeta do Rio de Janeiro*

Os africanos fugiam mais na faixa de 10 a 15 anos (44,4%), sendo que os crioulos faziam o mesmo na faixa dos 21 a 30 anos (41,4%). Africanos, de fato, fugiam mais

quando jovens. Alguns "boçais", pouco conhecendo a cidade, não demoravam muito para botar o pé na estrada. O tal Pimentel deu falta de seu Cabinda que fugiu "com oito meses de terra, que sabe pouco a língua portuguesa". Menos tempo levou João Benguela, "hum molecão novo com 14 dias de casa". Em desespero, dona Joana anunciava a fuga de seu escravo, "chegado a esta cidade na última embarcação que veio da África". Nos primeiros dias de 1818 já nenhum sinal de Amaro, "vindo de Moçambique no Navio Proctetor General, que chegou a esta a 25 de dezembro de 1817"²¹.

É comum em alguns anúncios constar a data da fuga do escravo. O período entre a ocorrência da fuga e a publicação do anúncio pode revelar-nos que alguns senhores, já "acostumados" com as constantes fugas de seus escravos na Corte (fugas temporárias de finais de semana, uma espécie de *petit maronage*), esperavam um determinado "prazo" para desencadear o processo de sua captura, que podia ir desde a comunicação aos juízes de paz, comissários de polícia locais ou repartição de Polícia da Corte até o anúncio num periódico de grande circulação e a contratação de pedestres e capitães-do-mato. Alguns senhores podiam considerar essas fugas temporárias, principalmente na área urbana e subúrbios da Corte, como "normais", "costumeiras" e previsíveis dentro do mundo da escravidão e, portanto, esperavam um determinado tempo em que contavam com o eventual retorno dos escravos. Analisando a *Gazeta do Rio de Janeiro*²² (um dos primeiros jornais noticiosos da Corte), foi possível, em 87% dos anúncios, determinar, a partir da data da fugida do escravo, o tempo que possivelmente era levado para publicar pela primeira vez o anúncio de fuga. Em 65,5% dos anúncios, os senhores e/ou seus procuradores e prepostos esperavam de uma semana a 15 dias. Havia também casos de senhores que mesmo depois de anos ainda anunciavam as fugas de seus cativos. O alferes Gomes dos Santos, de Itaboraí, ainda esperava encontrar seus três pretos de Angola "que andão fugidos há mais de dous annos". O mulato Jerônimo, que sabia "ler mais ou menos", estava fugido há quatro anos. Pior sorte era a de Antônio Nunes de Aguiar, que ainda tinha esperança de encontrar, e por isso anunciou a fuga, Cipriano, também mulato, sumido há 12 anos. Vemos aí que mesmo fugindo proporcionalmente em incidência bem menor que a dos africanos, os crioulos podiam acabar conseguindo ficar mais tempo fora do alcance das mãos reescravizadoras²³.

De qualquer maneira, muitas fugas acabavam sendo curtas, repetitivas e quase periódicas e/ou temporárias. Pelo menos alguns senhores as viam assim. Em 23 de dezembro de 1825, teria fugido de uma casa da rua das Violas, na Corte, o africano Cassange Joaquim. Somente um mês depois seu proprietário anunciou sua fuga no jornal, destacando que "se desconfia estar em alguma casa aquartelado, por nunca fugir tão longo tempo". Não muito distante dali, na rua da Ajuda, escapuliu "hum molecão por nome Caetano, ainda novo, e de nação Cabinda, ainda que se inculcava nas suas fugidas Congo, sem o ser". Já o preto Quilimane, interessantemente chamado Mocozambo, "tem fugido trez vezes". Um moleque pequeno da nação Cassange não deixou por menos: "tem feito desde o Entrudo até agora 4 fugidas". Se houvesse uma disputa, levaria vantagem. O

²¹ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 09/09/1820, 14/12/1816, 02/11/1814 e 07/01/1818

²² A respeito do surgimento da *Gazeta do Rio de Janeiro*, em setembro de 1808 e dos primeiros jornais da Corte, ver Nelson Werneck Sodré, *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 1977, pp. 23-40.

²³ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 08/04/1812, 11/03/1820 e 18/05/1816

escravo João, contumaz fujão, mais uma vez escapou da fazenda de São Clemente, com "huma corrente no pé" e "surrado", ainda "assim mesmo fugio, talvez mudasse a roupa, tirasse o ferro". Aprontava também muito um Luiz, outro africano Cassange de pouco mais de 10 anos de idade. Era amigo das escapadas. Em novembro, noticiava-se mais uma fuga sua: "tendo fugido em 29 de agosto foi achado no Depósito de Captivos d'onde se levantou, e dahi a 8 dias tornou a fugir"²⁴. Outros fugidos, como já dissemos, para desespero e incalculáveis prejuízos de seus senhores, continuavam ausentes longos períodos. Foi o caso do crioulo Elias que há mais de 8 anos escafedeu-se de uma fazenda em Macacu. Andava "as vezes com huma carta de alforria que apanhou a hum preto, que morreo". Menos mal, a fuga do crioulo Pedro, da vila da Praia Grande, já durava de 3 para 4 meses²⁵.

Fugas endêmicas de curta duração também nos revelam como os escravos (e não só os fugitivos) procuravam se organizar. Muitos escravos escapavam para visitar seus "parentes". Ocorreu com um outro crioulo, o jovem Domingos que, por estar com os "pés inchados, não podia andar depressa". Escafedeu-se de uma casa na rua dos Pescadores e "consta ter parentes nesta cidade, e se supõe aconselhado por eles, segundo as antecedências que tem havido no decurso de 16 anos, e há toda a probabilidade de estar acoitado em huma das fazendas dos Religiosos de S. Bento, principalmente a do Iguassu, aonde tem hum irmão escravo do padre procurador". Saudades batiam sempre em Bernardo, um pardo que morava na freguesia de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba. Sumiu e sabia-se "ter procurado juntar-se a sua mãe e irmãos, que morão no lugar denominado Sapé, freguezia de São João de Icarahy, no sítio de João Manuel de Brito, e já hé segunda vez que para aquela parte se dirige". A história se repetiria com um outro pardo. Desta vez Florentino, de "cor avermelhada" e "muito barrigudo". Fugiu da rua de São Pedro onde trabalhava - ao que tudo indica, a contragosto -, pois "foi escravo do Tenente Vicente José Marinho, no districto do Macacu, onde o dito pardo tem mãe, e irmãos por ser filho daqueles reductos, e donde hé de supôr que por ali ande"²⁶. Não era incomum cativos fugirem, retornando para a casa de antigos senhores, procurando "apadrinhamento" e tentando recuperar alianças e laços familiares²⁷.

Outras fugas tinham como destino (pelo menos provisório) as festas e/ou "ajuntamentos". Neste caso, além de temporárias, tais fugas também podiam ter a perspectiva de coesão de grupos interétnicos (incluindo as etnias africanas, livres, forros e escravos, grupos de trabalho, ocupação etc) e relações familiares extensivas e simbólicas. Falamos de um cenário urbano, no caso a Corte do Rio de Janeiro. Feliciano já estava fugido há três anos, costumava "intitular-se por forro, e trabalhar de cosinheiro em casa particulares, para não ser visto". Tinha boa mão na cozinha, era também bolieiro,

²⁴*Diário do Rio de Janeiro*, 26/01/1826, 17/03/1826/ 19/06/1826, 30/03/1826, 05/04/1826 e 08/11/1826.

²⁵*Ibid*, 02/01/1826 e 06/11/1826.

²⁶*Ibid*, 05/05/1826, 14/07/1826 e 27/12/1826.

²⁷Sobre roubos de escravos, "apadrinhamento" e coiteiros, ver Marcus J. M. de Carvalho, "Quem furta mais e esconde: o roubo de escravos em Pernambuco", *Estudos Econômicos*, 17 (1987), pp. 89-110; José Roberto Góes, *O Cativo imperfeito: um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX*, Vitória, Governo do Estado do Espírito Santo, 1993 e João José Reis, "Escravos e Coiteiros no Quilombo do Oitizeiro: Bahia, 1806". in: João José Reis e Gomes, Flávio dos Santos Gomes (orgs.) *Quilombos no Brasil. Uma História de Liberdade*, São Paulo, Cia. das Letras (no prelo).

e consta ter ido parar no Rio Grande. De volta à Corte, "já foi encontrado para o Catete aonde tem huma irmã, e por isso hé bem conhecido por aquelles lugares". Um outro hábito denunciaria Feliciano: era "muito amigo de andar sempre em ajuntamentos de pretos". Já Manoel, da nação Cabinda, com os seus "tornozelos grossos", quando fugia podia ser encontrado "pela rua da Valla, com outros capoeirando". Enquanto isso, o congo José, apelidado de Fragata, "costuma andar vendendo cestas e julga-se estar no quilombo da Mãe d'agoa na Carioca"²⁸.

Nestes locais - "ajuntamentos", quilombos suburbanos, rodas de capoeiragem e batuques - eram criados e recriados laços de solidariedades e experiências culturais²⁹. Em 1815, seis negros, entre forros, crioulos, cativos e africanos foram presos "em hua caza na Praia do Flamengo, que constava servia de coito a negros fugidos". Cinco anos antes o mesmo aconteceu com quatro africanos fugidos de senhores diferentes, "encontrados em hua caza na freguezia de Inhaúma onde se ajuntavão furtos". Grupos de escravos, incluindo fugitivos, e forros eram presos em vários lugares na Corte. Uns, "por serem encontrados em ajuntamento no Campo de Santa Anna, jogando a casquinha", outros, "por fazerem ajuntamento em hum botequim na rua dos Pescadores, que se originava desordens todos os dias, sendo costumados a isso". Antônio Roiz, Joaquim Dias e João de Nepomuceno, todos crioulos forros, acabaram presos "por serem encontrados no sítio de Marapicú com duas negras fugidas pretendendo seguir com elas para serra cima"³⁰.

Vários estudos têm demonstrado também a importância de se considerar a profissão/ocupação dos escravos nos índices de fugas. A variável profissão/ocupação tem sido também relevante nas pistas levantadas nos estudos sobre comunidade e família escrava. São, sem dúvida, reveladores de dados que apresentam índices elevados de fugas, por exemplo, em escravos com profissão especializada: carpinteiros, ferreiros, alfaiates, costureiras, etc.³¹. Da Glória, em 1826, fugiu o escravo José da nação Cabinda de "maó parecer" e "cabello a franceza". Era oficial de canteiro, já tinha trabalhado no Arsenal de Marinha e desconfiava-se que se tivesse transportado para fora da Cidade a trabalhar pelo ofício. O proprietário de Bento, nação Angola, além de anunciar sua fuga, rogava "a qualquer capitão de Sumaca, que não aceitem como marinheiro, pois hé provável que elle se ofereça como forro, para o dito tráfico"³².

Escravos com ocupações especializadas talvez não fugissem necessariamente mais, e sim fossem capturados menos. Procurando ocupação, contavam, certamente, com vários protetores e coiteiros, podendo assim continuar maior tempo ausentes. Outros ainda, como os escravos "ao ganho", fugiam tentando conseguir "trocados" extras

²⁸*Ibid*, 04/01/1826, 24/02/1826 e 27/04/1826.

²⁹Sobre a relação entre fugas temporárias e os quilombos suburbanos, ver João José Reis, *Rebelião Escrava no Brasil. A História do Levante dos Malês*. São Paulo, Brasiliense, 1987, p. 65.

³⁰Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (doravante ANRJ), Códice 403, *Relação de presos feita pela Polícia* (1810-1821), vol. I, 13/09/1810, 21/08/1812, 24/10/1810 e 12/02/1814.

³¹Uma interessante análise sobre esta questão contida na bibliografia estrangeira pode ser encontrada em Marvin L. Michael Kay e Lorin Lee Cary, "They are Indeed the Constant Plague of their Tyrants: Slave defence of a Moral Economy in Colonial North Carolina, 1748 -- 1772". *Slavery & Abilitation*, Volume 6, número 3, dezembro 1985, pp. 37-56.

³²*Diário do Rio de Janeiro*, 28/02/1826.

para seus negócios. No período de 1809 a 1821, verificamos a ocupação de 24% (81) dos 337 fugidos. Aparecem com destaque os carpinteiros, pedreiros, ferreiros e barqueiros. Mas a Corte parecia mesmo estar mal arrumada. Destes fugidos, cerca de 33% eram sapateiros e alfaiates. Para o ano de 1826, destacavam-se entre os fugidos aqueles que trabalhavam nas ruas da cidade (22,5%) e aqueles "ao ganho" (10%). Cabe ainda ressaltar que entre os fugidos com ocupações especializadas declaradas, 47% eram crioulos, revelando que apesar da forte presença africana havia, por assim dizer, uma "crioulização" da mão-de-obra qualificada, principalmente nas cidades³³.

Segundo estudos mais recentes, as fugas representaram um ato de característica individual, ou seja, na maioria das vezes os escravos fugiam sozinhos. Não obstante, em alguns anúncios de jornais aparecem registros de fugas coletivas, incluindo a participação de dois, três, quatro ou mais escravos envolvidos. Com relação aos anúncios, esta informação é sistemática, podendo-se determinar índice de fugas individuais e coletivas e a conseqüente composição por idade, profissão, sexo e naturalidade dos escravos envolvidos em fugas coletivas. Pode-se determinar também, entre outras coisas, se as fugas coletivas envolviam parentes como pais e filhos ou irmãos. se escravos crioulos e africanos ou africanos de origens diferentes fugiam juntos, etc. Em 1849, da chácara do Saco do Alferes, fugiram juntos quatro escravos, sendo três crioulos e um africano, da nação Angola. Quanto aos filhos da terra, "muito capadócios", costumavam "juntar-se no becco do Carmo, em frente ao n° 9 perto de uma casa de angú, a jogar capoeira, na mesma casa de Angú há duas crioulas conhecidas de todos eles". No final de 1826, da fazenda da Conceição, no distrito de Nova Friburgo, fugiram para a Corte três escravos e "disserão que vinhão assentar praça". Cinco africanos, em 1820, fugiram da fazenda Santo Antônio, na freguesia de Jacutinga, sendo três moçambiques e dois congos. Quatro africanos escaparam juntos e acabaram capturados em Cabo Frio. Grande fuga coletiva ocorreu em São João Marcos. Cerca de 19 cativos, a maioria africanos e de senhores diferentes, abandonaram suas fazendas e posteriormente foram todos apreendidos nas terras do capitão Luiz Gonçalves Lima, na vila de Resende³⁴.

Várias outras informações encontradas nos anúncios de fuga são reveladoras, não só sobre as estratégias dos fugitivos, mas também sobre seu cotidiano e as relações de trabalho. Destacamos as seguintes: objetos levados pelos escravos quando da fuga, instrumentos e/ou ferramentas de trabalho, roupas/sapatos e chapéus, dinheiro etc.; características das fugas e fugitivos indicando as estratégias empregadas pelos escravos para não serem capturados (inculcar-se liberto e/ou forro, trocar de roupa após fugir, mudar de nome, procurar couro e ocupação junto a outros senhores ou lugares etc.); marcas de castigos, sinais de "nação" (sinais de grupos étnicos africanos), maus-tratos, hábitos, costumes etc.

³³Cf. Gerald W. Mullin, *Flight and Rebellion*...especialmente, A proposta. 93-98. Uma outra análise indicativa sobre o significado das fugas para a comunidade escrava encontra-se em Philip Morgan, "Colonial South Carolina Runaways: Their Significance for Slave Culture". *Slavery & Abolition*, volume 6, número 3, dezembro 1985, 57-78.

³⁴*Jornal do Comércio*, 06/01/1849; *Diário do Rio de Janeiro*, 30/12/1826; *Gazeta do Rio de Janeiro*, 23/09/1820 e ANRJ, Códice 403, vol. I, 13/01/1821.

Além dos anúncios, os registros de prisão de escravos podem também revelar um pouco do universo dos fugitivos. Foi possível obter para o período de 1810 a 1830 um universo de análise de mais de 5.000 fugitivos. Numa pesquisa com 5.161 registros policiais aparecem lançados 5.363 escravos fugidos para o período de 1810-1830³⁵. A Tabela 3 apresenta o número de escravos fugidos constantes destes registros policiais, levando em conta os respectivos anos que cobrem todo o período analisado.

TABELA 3

Número de escravos fugitivos na Corte e no interior do Rio de Janeiro por ano, segundo os registros policiais, 1810-1830.

ANOS	Nº de ESCRAVOS FUGIDOS	%
1810	14	0,3
1811	70	1,3
1812	165	3,1
1813	169	3,2
1814	146	2,7
1815	208	3,9
1816	65	1,2
1817	34	0,63
1818	151	2,8
1819	114	2,1
1820	116	2,2
1821	72	1,3
1823	1	0,01
1825	30	0,6
1826	1.773	33,06
1827	1.175	21,9
1828	688	12,8
1829	313	5,8
1830	59	1,1
1810-1830	5.363	100

Fontes: Arquivo Nacional, Códices 359, 360, 403 e 404

Os registros de fugitivos concentram-se nos anos de 1826 e 1827, perfazendo cerca de 55% do total levantado entre os anos de 1810 e 1830. Isto não significa,

³⁵Este estudo encontra-se em andamento. Estamos fazendo análises agregativas com vários cruzamentos e variáveis.

necessariamente, que os escravos fugiram mais neste período, mas sim que as autoridades da Corte (o aparato repressivo urbano) afiaram com mais afinco suas garras para capturá-los³⁶. Levando em conta a variável sexo dos escravos fugitivos nos registros policiais, temos, tal como nos anúncios de jornais, uma forte concentração de cativos do sexo masculino (86,8%). De outro modo, a participação de mulheres escravas fugidas capturadas no período indicado representa pouco menos de 10%.

Considerando também o sexo dos proprietários dos fugitivos capturados podemos concluir que fugiam mais escravos de proprietários de sexo masculino do que do feminino. No tocante a este aspecto, merece ainda ser destacado o considerável índice de indeterminação do sexo dos proprietários desses fugitivos capturados, ou seja 26,8% (1.438). Além disso, em várias ocasiões, os registros policiais não oferecem nenhuma informação sobre o nome do proprietário do respectivo escravo apreendido por fugido (muitas vezes consta apenas a informação "ignora o nome do senhor"). Seriam estratégias dos fugidos? Quanto aos locais de apreensão dos fugidos, um número considerável de cativos eram presos (38,4%) nas freguesias urbanas e nos subúrbios da Corte, sendo os restantes capturados nas freguesias rurais e nas regiões mais distantes da província fluminense.

Em relação à nacionalidade desses fugitivos, alguns dados preliminares são igualmente reveladores. A maior parte dos fugidos presos era de africanos, perfazendo o índice de 82,1 %, enquanto o de fugitivos de nacionalidade brasileira representava tão somente 7,9%.

³⁶Cf. Leila Mezan Algranti, *O Feitor Ausente. Estudos sobre a Escravidão urbana no Rio de Janeiro - 1808-1822*, Petrópolis, Vozes, 1988, 1988, pp. 180 e seguintes e KARASCH, Mary C. *Slave Life ...*, capítulo 10.

TABELA 4

Distribuição dos escravos fugitivos africanos na Corte e no interior do Rio de Janeiro por naturalidade (grandes regiões africanas de embarque), segundo os registros policiais, 1810-1830.

Regiões Africanas	Nº de Fugidos	(%)
ANGOLA	281	6,92
BENGUELA	623	15,33
CABINDA	428	10,54
CASSANGE	214	5,26
CONGO	728	17,91
MINA	171	4,20
MOÇAMBIQUE	861	21,20
MONJOLO	126	3,10
REBOLO	219	5,38
Outras Regiões	413	10,16
Total	4.064	100

Fontes: Arquivo Nacional, Códices 359, 360, 403 e 404

Também realizamos uma análise agregativa de alguns dados a respeito da naturalidade africana dos fugitivos. Na Tabela 4 acima, consideramos do total de 4.400 fugidos apreendidos de nacionalidade africana somente aqueles de naturalidade determinada, ou seja 4.064 (92,3%). Levando em conta as grandes regiões africanas de embarque durante o tráfico negreiro, entre os fugitivos capturados, predominaram os originários do centro-oeste da África (os cabindas, os cassanges, os congos e os angolas), com cerca de 40,63% (1.651 fugitivos), seguidos pelos provenientes do leste do continente, os moçambiques, com cerca de 21,20% (861) e pelos oriundos do sul de Angola, os benguelas, com 15,33% (623). Os minas, oriundos da África Ocidental, contribuíram com 4,20% (171) do total de fugitivos africanos capturados³⁷.

Inventando a liberdade e a escravidão

As estratégias dos escravos fugidos foram variadas e complexas. Mais do que fugir, permanecer escondido, oculto, longe de senhores e capturadores era uma arte. Tudo tinha que ser pesado e temperado. O momento certo para a fuga, as direções e caminhos a tomar, as possíveis redes de proteção e solidariedades a serem acionadas, as precauções etc. A fuga podia ser uma longa e difícil batalha pela liberdade. Infelizmente

³⁷Estes dados relacionam-se proporcionalmente ao número de africanos importados para o Rio de Janeiro no mesmo período. Ver, a esse respeito, Manolo Garcia Florentino, *Em Costas Negras...* gráficos 9 e 12, p. 86 a 89.

apenas conhecemos os cativos que, se não perderam a guerra, sofreram derrotas em algumas destas batalhas. Portanto, só conhecemos as estratégias dos fugitivos que acabaram capturados. Mesmo aqueles que passaram longos períodos como fugidos. Quase nada sabemos sobre aqueles que nunca mais chegaram a ser encontrados pelos seus senhores.

As motivações e/ou razões das fugas não eram menos complexas. Maus-tratos, castigos e rigores do cativo eram alegados. Outros contextos, porém, surgiriam. O escravo Joaquim Maurício, por exemplo, foi preso como fugido em Pitangui, em Minas Gerais, onde estava trabalhando para Antônio Cardoso. Era natural da Bahia e tinha sido trazido para o Rio de Janeiro, comprado por um fazendeiro de Cantagalo. Ali trabalhara por mais de um ano. Alegou que fugira apenas por ter ouvido de um agregado da casa de seu senhor que ele "estava forro por não ter sido matriculado"³⁸. Já falamos que se podia conseguir ficar anos longe da vista dos senhores. Foi o que aconteceu com um outro Joaquim. Este era africano, um moçambique, e trabalhava em Cabo Frio. Estava fugido há mais de cinco anos e "sua pousada era incerta, andando várias vezes pelo Bananal e serra acima". Indo para Campos foi cercado pelo azar. Acabou nas mãos de um capitão-domato.

Para permanecer fugido, várias estratégias seriam tentadas. O pardo Adriano fugiu de Vassouras, em 1848, foi para Corte e assentou praça no Corpo Municipal Permanente. Disse ser livre e chamar-se Adriano Leite de Meirelles. Um ano antes não tinha feito diferente um tal Teodoro. Sua proprietária, dona Ana Luiza Araújo Bastos, com um tom indignado, fez uma petição querendo reaver o seu cativo. Informado, o comandante-geral do Corpo Municipal justificou sua distração, dizendo que Teodoro era "de cor bastante branca, cabelos corridos, e pretos, com ofício de marcineiro"³⁹. Se escravos alegavam maus-tratos, alguns senhores acusavam alguns fujões de ingratos. Nem tanto. Este foi o caso do africano Sidnei, natural de Cabinda. Obteve uma promessa de alforria no prazo de cinco anos, com a condição de bom comportamento. Seu senhor, entretanto, desanimado, disse que este escravo "tem se portado pessimamente, auzentando-se da casa, recuzando obedecer e também seduzindo hum moleque nosso"⁴⁰. Mariano José Cupertino também não teve sorte. Pediu ao Ministério da Justiça, em 1852, para trocar a africana livre Benta por outra. Alegava ter esta "contra si o insuportável vício de fugir, razão única que levou o suplicante a solicitar a troca, pois já estava cansado de fazer despesas com pedestres". Já de uma outra africana livre, Manuela, sua senhora dizia não ser ela merecedora de carta de emancipação, em 1853, uma vez que "sua conducta não tem sido boa, por quanto tem fugido por várias vezes, andando ultimamente mais de seis meses fora de casa"⁴¹.

³⁸Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (doravante APERJ), *Fundo Secretária de Polícia da Província* (SPP), Coleção 184, doc. 04.(40). Idem. Coleção 166, doc. 15.

³⁹ANRJ, *Documentação Identificada* (GIFI), pacote 5 E 131, 21/07/1848 e 23/10/1847.

⁴⁰*Idem*, II 6 Maio 214 (1850), *Ofícios de Polícia da Corte*, 30/07/1849.

⁴¹*Idem*, *Documentação Identificada* (GIFI), pacote 5 B 287, 30/06/1852 e pacote 5 B 272, 03/10/1859. Com relação ao Exército brasileiro e as estratégias dos escravos fugidos, ver Hendrik Kraay, "The shelter of the Uniform: the Brazilian Army and Runaway Slaves, 1800-1888". *Journal of Social History*, vol. 29, número 3, março 1996, p. 637-657.

História incrível aconteceu mesmo com o "bem falante e habilidoso" pardo João, que sabia "ler e escrever, tocar flauta, gaita viola, ajudar missa e trabalhar sofrivelmente de carpinteiro e alfaiate". As peripécias e mesmo ousadia da sua fuga são contadas pelo padre Manoel Gomes de Figueredo, seu proprietário, um carrancudo dono de engenho no termo do Divino Espírito Santo de Inhambupe, na província da Bahia. Sua fuga ocorreu nos últimos dias de 1846. Talvez na noite de Natal, depois da missa. No início de 1847, já era praça na charrua Corvóia e logo depois grumete na corveta Bertioga. Adoeceu. Foi parar no Hospital de Marinha da Corte. Descoberto, tratou novamente de fugir. Com o nome falso de José de Figueredo parecia que estava agora em Macaé, no interior do Rio de Janeiro:

"por haver d'esta Cidade dirigido ao suplicante uma carta em que zombava de seo captiveiro e convidava a ir buscá-lo em Pernambuco, aonde se dizia estar, o que verificou de ser falso por haver na dita carta o carimbo do correio de Macaé, e depois o do Rio de Janeiro, quando pelo Correio Geral foi ella remetida para o destino, e dezejando o suplicante chamar a sua posse o mesmo escravo, não tanto pelo valor ou importância que lhe dê, mas por que consta que tem escripto a outros escravos do mesmo suplicante exortando-os a fuga e desmoralizando-os.." ⁴²

Mesmo com tanta habilidade, João acabou se denunciando. Traído pelos burocráticos carimbos, provavelmente deve ter continuado longe das mãos do desmoralizado padre e senhor. Este, ainda segundo o mesmo requerimento, em 1853 pedia as autoridades para localizá-lo. Valia tudo. Boa ocasião, talvez sucesso na fuga. Em 1848, Domingos Cabinda e Rosa Muange tiveram a "criminoza habilidade de abuzar da amizade, sinceridade e boa fé" de Manoel Pinto da Silva, seu proprietário. Aproveitando-se da sua cegueira, botaram o pé na estrada, levando consigo suas cartas de alforria "condicional de prestação de serviços"⁴³. Boa ocasião e motivos teve, em 1856, Januário, que mudou o nome para César, para escapar de uma fazenda em Valença. Capturado, alegou ter sido "roubado e seduzido" para ir trabalhar numa "fazenda do cunhado do Imperador, onde passaria muito bem, pois lá teria cem mil réis, teria domingos, e dias santos para descansar e negociar, e nos outros dias trabalharia pouco, que havião muitas raparigas e poucos rapazes"⁴⁴. Nada mal. Fugindo, entre roubos e seduções, escolhia uma outra escravidão.

Eram vários os fazendeiros e lavradores espertalhões que aproveitavam-se dos serviços de escravos fugidos. Em Macaé, em 1864, cerca de 26 cativos (de um mesmo senhor) dados como fugidos foram encontrados trabalhando na fazenda do Deitado, de propriedade de Bernardo Lopes da Cruz⁴⁵, que foi denunciado como acoutador e ladrão de escravos. Os cativos recapturados confirmaram tal denúncia e fizeram outras revelações. Tinham sido vendidos há pouco tempo para os irmãos Souza Passos, que "concedeo-lhes o prazo de um mês pouco mais ou menos para venderem as suas roças e

⁴²APERJ, *Fundo Secretaria de Polícia da Província* (SPP), Coleção 166, doc. 07, 13/10/1853

⁴³Cartório do 2º Ofício de Vassouras, Caixa 398, *Ação de Liberdade*, ano 1852.

⁴⁴ANRJ, II 1 maço 458 (1857), *Ofícios de Presidentes de Província*, 14/02/1857.

⁴⁵*Idem.*, II 1 maço 873 (1864), *Ofícios de Presidentes de Província*, Ofício de 10/06/1864.

criação, e desposassem-se para a viagem". Iriam trabalhar na fazenda "Nova". Pior do que isso foi o aviso que receberam de Custódio Portugal, um pequeno lavrador de arroz: na nova fazenda o "passadio era máo e o captiveiro rigoroso". Como conselho, falou também que "fugissem todos a casa de Bernardo Lopes, que lhes daria agasalho por que os queria comprar, e que elle Custódio ficaria com alguns". Fugiram. Denúncias de acoutamento de fugidos e roubos de escravos, porém, chamaram a atenção das autoridades locais. Acabaram sendo presos. Vale a pena aqui acompanhar mais revelações do crioulo Agapito:

"...até certo tempo elle e seos parceiros se conservavão durante o dia em uma colheita de frente da casa da fazenda do 'Deitado', [?] do terreiro do quintal, mas ao anoitecer recolhião a casa da fazenda e ahi dormião. Que depois que chegou a Macahé, o Chefe de Polícia com a força, Bernardo Lopes os mandou subir a serra, e pousarem nos ranchos, recomendando-lhes que se conservassem arredados, e se possível fosse até fora das terras da fazenda. Que alguns ranchos estavam já feitos, e tinhão plantaçoão ao redor, e erão habitados por pretos fugidos, sendo que elle e seus parceiros alguns fizerão no mato virgem. Que o sustento a eles era fornecido da fazenda vindo os escravos della trazel-o até o meio do caminho. Que havia na fazenda um preto velho de nome Dionfzio, o qual dava aviso da aproximação da gente da polícia, servindo-se da seguinte senha 'grita moleque', ahi vão ladrões de café'. Que além dos escravos da fazenda 'Nova' estavam aquilombados na fazenda do Deitado os pretos Militão, de Campos e Chico, sapateiro de um Manoel Antônio Lopes de Miranda Brandão. Que durante a estada na fazenda Bernardo Lopes prometheo a elles seos parceiros, que os compraria, e estranhando elles a demora, lhes dizia que tivessem paciência que seos senhores moravão muito longe, e quando se desesperam havia realizar a venda, digo, havia de resolver a vende-Fos..."⁴⁶.

Eis aqui um caso original. Escravos insatisfeitos com a troca de senhor e, portanto de cativo, acabaram fugindo coletivamente. Deixando-se seduzir, foram trabalhar para um outro fazendeiro, com a promessa de serem comprados por ele. Enquanto isso, colhiam café; ora dormiam nas senzalas da fazenda para onde tinha fugido, ora nos matos em ranchos. Encontraram, sob ordens de um futuro e prometido senhor, ajuda de escravos e mesmo de outros fugitivos que ali já se achavam. Era um tipo de quilombo pacífico que bem revela interesses, motivações, estratégias e razões de fugas, fugitivos, ladrões, fazendeiros e coiteiros. Coisas da escravidão.

Fugitivos tinham que contar com a proteção (mesmo interesseira) e com as solidariedades nas suas aventuras. Um conhecido escravo Serafim fez escola. Propriedade de Domingos Pedro Ribeiro, saiu fugido da cidade de Leopoldina, na província de Minas Gerais, indo parar na Corte, em 1884. Fez tudo isso a pé, "passando ora n'uma, ora n'uma outra fazenda, com os escravos e ora no mato, que nas fazendas onde posara, seus escravos conhecidos e até desconhecidos como elle escravos davão-lhe mantimento e continuando seu caminho com elles se sustentava". Em 1855, reclamava-se na subdelegacia de Irajá que grupos de escravos da fazenda Imperial que viajavam frequentemente de Santa Cruz para a Quinta da Boa Vista traziam no meio deles misturados fugidos e desertores. Dizendo-se escravos do "Augusto Soberano", impediam

⁴⁶*Idem*, interrogatórios em anexo.

a aproximação de qualquer inspetor de polícia ou de pedestres⁴⁷. Solidariedades demais podiam acabar mal. O preto fugido Apolinário acabou matando o africano livre Domingos, em São Paulo, em 1871. O motivo principal foi uma dívida não paga. Processado, Apolinário justificou-se diante do Juiz:

"que achando-se evadido da caza de seu senhor e oculto no bairro de Caguassú desta Cidade contractou com o assassinado Domingos, que no referido bairro morava, o fornecimento de sua alimentação mediante a quantia de quatro vintens por dia. (O escravo fugido entregava a Domingos mantimentos para a feitura da comida). Que em consequência desse contracto, o preto Domingos (africano livre de nação Mina) nos dias que se seguirão do mesmo forneceu comida ao interrogado, mas que no terceiro dia o preto Domingos que se achava ébrio não lhe quis fornecer comida e o injuriou"⁴⁸.

Apolinário acabou sendo condenado a galés perpétuas, o que recorreu o seu proprietário Francisco Antônio Nogueira. O juiz ainda quiz saber, grifando no processo de apelação, como Apolinário conseguia arranjar dinheiro para comprar mantimentos e pagar Domingos. O réu simplesmente explicou que o dinheiro conseguido fora da venda dos produtos da sua roça, "pois que não há um mês que está fugido". Em Pelotas, em 1869, conflitos também acabaram por gerar o assassinato do escravo Joaquim Gungú. O acusado, um outro cativo de nome Gonçalo, confessou o crime e alegou que o dito Gungú lhe tinha "negado um pedaço de carne e um bocado de farinha para comer por ocasião em que andava fugido no mato e que não comia a cinco dias"⁴⁹.

No desfile de estratégias dos fugitivos, além de mudar de nome, trocar de roupa, "esquecer" o nome do senhor, tentar passar-se por livre e liberto, podemos incluir ainda a questão da língua. No contexto da proibição do tráfico e da chegada ilegal de africanos, fugidos tentaram, por exemplo, assumir a identidade de africanos. Em 1837, numa petição foi isso que reclamou Antônio Francisco Terra, morador na vila de Barbacena, em Minas Gerais. Alegou que três escravos seus tinham fugido, indo parar na Corte. Capturados "se fingirão buçaes, e novos, quando são perfeitamente ladinos". Instaurado um processo acabaram sendo considerados africanos livres. Irado, o tal Terra - que podia ser, perfeitamente, mais um comprador de escravos africanos, depois da lei de 1831 - resmungava pelos quatro cantos dizendo que "para se evadirem a escravidão de nada mais carecião os escravos, que de fingir-se ignorantes da lingoagem deste Império, a falarem somente a da sua nação"⁵⁰. Foi, sem dúvida, com essa estratégia que Caetano Congo estava quase ganhando uma queda-de-braço com seu senhor em 1844. Fugido, foi "apreendido por boçal", interrogado e considerado africano livre. Seu proprietário Manoel Pedro de Alcantara Ferreira e Costa entrou com um processo de revista cível pela sua posse. Perdeu na primeira instância e apelou para a Corte de Apelação, apresentando mais documentos, testemunhas, recibos, etc. Argumentava Ferreira e Costa

⁴⁷*Idem*, Processo criminal, *Apelação Crime*, maço 153, n° 1.077, Galeria C, ano 1884, Corte do Rio de Janeiro, fl. 26 e IJ 6 maço 221 (set./dez. 1855), Ofícios de Polícia da Corte, 25/10 e 28/11 de 1855. Para maiores detalhes sobre a história de Serafim, ver Sidney Chalhou, *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990, pp. 59- 65

⁴⁸*Idem*, *Corte de Apelação*, Caixa 3699, processo n° 7.317, ano 1872, Província de São Paulo.

⁴⁹*Idem*, *Corte de Apelação*, Caixa 3969, processo n° 6.625, ano 1869, Província do Rio Grande do Sul.

⁵⁰*Idem*, *Documentação Identificada* (GIFI), pacote 6 J 128, 29/05/1837.

que, "com quanto não apresentasse bastante desembaraço no fallar a lingua portugueza, todavia não hé isso, o que deve decidir o ser ou não buçal, pois que ninguém ignora que os pretos da Costa, que são importados já adultos nunca fallão bem a nossa língua, mormente os Congos". Caetano acabou perdendo as batalhas do Tribunal, contra as quais tinha poucas armas. Em 1847 voltou a ser declarado escravo⁵¹.

Contra venenos, preparavam-se antídotos. Em 1839, a Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça mandou publicar instruções a respeito dos procedimentos com os fugidos. Após ser preso, o escravo deveria ser imediatamente interrogado "a fim de saber se aquem elle pertence". Também era necessário "dar logo a maior publicidade possível por meio de jornaes, ou editais à apreensão do escravo, suas circunstâncias, signaes, e respostas". Interrogatórios, publicações de editais e:

"depois de alguns dias não aparecer no lugar quem reclame a propriedade do escravo, a boa razão mostra que deve ser remetido para onde diz que móra o Snr. porque ao menos hé o lugar que oferece mais probabilidade de acerto. Hé opinião geral que os escravos fugidos trocã os nomes dos Snrs. e na verdade isso acontece muitas vezes mas ainda assim não hé na razão de 1 para 4, não só porque o homem hé naturalmente inclinado a falar a verdade, mas também por que os escravos receião irritar seos Snrs, renegando-os, hum grande número de vezes a sua pronúncia deffeiutosa, e a pouca attenção dos que os interrogão, he que faz apparecer troca de nomes onde a não houve"⁵².

O conteúdo de tais instruções revela de que modo as autoridades pareciam conhecer (pelo menos um pouco) os significados das estratégias dos fugitivos. Para permanecer fugidos, podiam trocar seus nomes ou aqueles de seus senhores. Porém, quando capturados, poderia ser mais interessante revelar logo a "verdade". Ficariam menos tempo em cadeias, voltariam a seus donos e mesmo depois de castigos, punições e "apadrinhamento" poderiam planejar novas fugas. Outros fugidos também podem ter omitido os nomes de seus senhores e acabaram sendo arrematados em leilões públicos. Não conseguia-se a liberdade, mas inventava-se outra escravidão⁵³.

Na verdade, não se deve buscar, nesses protestos, significados inexoráveis de projetos teleológicos para destruir, de uma só vez, o regime da escravidão. As lutas dos escravos, sejam quais fossem suas formas, representavam processos contínuos de transformações históricas das relações escravistas. Resistência e acomodação escravas - incluindo aí, como vimos, embates, conflitos, agenciamentos e enfrentamentos - podiam significar, ao invés de valores fundamentalmente diferentes, apenas lados opostos da mesma moeda.

[Recebido para publicação em junho de 1996]

⁵¹ *Idem, Corte de Apelação*, Caixa 3.694, processo n° 20, ano 1846, Província do Rio de Janeiro.

⁵² *Idem, Códice 324 - Registro de Ofícios expedidos pela Polícia à Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça*, volume 3 (1834-1841), 04/04/1839, fls. 65- 67.

⁵³ Para uma análise sobre as visões de fugas e informação de quilombos nas últimas décadas da escravidão no Rio de Janeiro, ver Flávio dos Santos Gomes, *Histórias de Quilombolas Mocambos e Comunidades de Senzalas no Rio de Janeiro - Séc. XIX*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995, especialmente o capítulo 3.